

Política contra a barbárie

Carta-Programa

As dificuldades estruturais de organização política da pós-graduação – prazos exíguos, alta rotatividade, exigências de produtividade cada vez mais complexas, falta de bolsas etc – impõem uma dinâmica de funcionamento das nossas eleições no mínimo complicadas: formam-se chapas às pressas, sem programa político ou com um programa mínimo organizado em torno de pautas consensuais, em geral ligadas a conquista de direitos básicos dos pós-graduandos (passe escolar, bolsa, licença maternidade entre outras). É evidente que todos concordamos e acreditamos na importância dessas pautas. Mas esse processo alimentado pela despolitização fortalece uma lógica personalista, centrada na figura dos representantes discentes e enfraquece tanto o movimento de pós-graduação e seus fóruns – assembleias, listas de discussão, seminários e debates – quanto a própria entidade representativa – inúmeras vezes abandonadas.

A situação do movimento de pós-graduação no ano passado expressou, em grande medida, essa dinâmica. A APG ficou sem gestão, praticamente nenhuma assembleia foi chamada antes da eclosão da crise da USP, após a desocupação violenta da reitoria, e os representantes discentes foram, por vários meses, o epicentro do movimento de pós. Sem discussões coletivas, a atividade de representação discente acaba por se descolar dos pós-graduandos que representa.

A essa leitura do funcionamento do movimento de pós soma-se uma avaliação igualmente crítica da atual situação da Universidade de São Paulo.

A USP é, sem dúvida, a maior e mais importante universidade pública do Brasil, com a pós-graduação mais representativa e dinâmica do país. Essa posição de domínio faz dela, inevitavelmente, um modelo para outras universidades e programas de pós, conferindo uma importância fundamental ao que acontece na USP. E todos sabemos que a USP está passando por um cataclisma sob a gestão Rodas.

A nossa avaliação é de que as transformações impostas pela atual reitoria imprimem à USP um movimento insustentável: a de uma aspiração cega pelo “futuro” com uma ligação inaceitável com o passado. É justamente contra essa *modernização conservadora* que propomos organizar uma chapa para concorrer às eleições da pós-graduação deste ano.

A ligação estreita das altas cúpulas da Universidade de São Paulo com a ditadura civil-militar instalada no Brasil em 1964 é um fato histórico amplamente reconhecido. Nosso reitor durante toda a década de 1960, Luiz Antônio Gama e Silva, foi participante ativo da Ditadura. Primeiro - como relata Elio Gaspari - atuou como líder do Comando de Caça aos Comunistas, que atacou e depredou a antiga Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Depois, ainda reitor da USP, tornou-se Ministro da Justiça e foi responsável pela redação do Ato Inconstitucional nº 5.

Essa ligação dos setores mais conservadores da USP com a ditadura civil-militar fez da nossa universidade palco privilegiado das perseguições políticas do período. Como resultado, tivemos inúmeros professores cassados, alunos expulsos, funcionários exonerados, dezenas de uspianos mortos, muitos dos quais constam até hoje na lista de desaparecidos políticos.

O poder do grupo conservador, organizado em torno de Gama e Silva, era tão forte que foi capaz de desarticular tanto os grupos opositores que se organizavam por dentro da estrutura de poder para reivindicar a democratização (promovendo a cassação desses professores), quanto aqueles que o faziam por fora dessa estrutura (pelas perseguições aos movimentos de professores, funcionários e estudantes).

Sobre a destruição do movimento estudantil nesse período, é importante citar o impacto negativo das políticas supostamente modernizantes (aceleração da formação; incremento do caráter profissionalizante dos cursos; separação entre a representação discente e entidades representativas, entre outras). Vale lembrar que tais medidas se impuseram, via agências multilaterais, para quase todas as universidades do mundo, sacudidas por pressões estudantis por democratização: seja via expansão de vagas, seja via abertura da estrutura de poder à participação da comunidade. No contexto brasileiro (e tomando o caso da USP, sempre marcado pelo recrudescimento da violência política) essas medidas foram acrescidas por um dispositivo que inviabilizava a existência do movimento estudantil, o Regimento Disciplinar de 1972, o qual proibia greves, manifestações políticas, raciais e religiosas, e divulgação de atividades do movimento estudantil.

Com toda a oposição destruída ou amplamente enfraquecida, esse grupo conservador conseguiu impor uma "transição democrática" extremamente frágil na USP: o estatuto da Universidade e a sua estrutura de poder permaneceram quase intactos, e o regimento disciplinar de 1972 segue vigente até hoje, sendo largamente utilizado pela gestão atual para sustentar centenas de processos disciplinares e permitindo a eliminação definitiva dos quadros da universidade de 6 estudantes em 2011.

É à luz desse passado que o nosso atual reitor, João Grandino Rodas, deve ser compreendido. Em primeiro lugar, a sua escolha se viabilizou por um mecanismo que, em grande medida, pertence ao período ditatorial: a lista tríplice que faculta ao governador intervir na USP. Em segundo lugar, mais do que nenhum outro reitor, ele mobiliza os dispositivos deixados pela ditadura para perseguir e punir professores, funcionários e estudantes que se mobilizam politicamente na Universidade. Este fato se torna mais escandaloso quando constatamos as suas declarações. Já na posição de reitor, Rodas busca negar ou minimizar a existência da ditadura (a insistência em chamá-la de revolução, a desfaçatez de designar os uspianos perseguidos pela ditadura de "autointituladas vítimas" entre outras). Por fim, ele usa a concentração de poder possibilitada pelo atual estatuto da USP para controlar praticamente sozinho um dos maiores orçamentos do país: os 4 bilhões de reais da USP, com os quais ele, literalmente, compra lealdades e apoio.

Mas Rodas não é apenas expressão do nosso passado, ele representa o nosso presente.

É inegável que Rodas atualiza na USP um movimento de elitização, higienização, despolitização, militarização e criminalização dos movimentos políticos e sociais, marca da gestão do PSDB em São Paulo há mais de 20 anos.

Muitos também reconhecem na modernização conservadora que Rodas busca imprimir à USP, o sentido geral do atual modelo de desenvolvimento brasileiro, forjado no âmbito federal.

Extrapolando ainda mais, vemos que, assim como na década de 1960 e 1970, muitas das medidas que a gestão Rodas está implementando na USP no sentido de "modernizá-la" estão sendo simultaneamente implementadas no mundo inteiro, configurando o que alguns teóricos caracterizam como a mercantilização da universidade e a crise da profissão acadêmica.

Também como em 1960/70, a pós graduação está no centro desse processo. O Novo Regimento de pós-graduação (que será votado no Conselho Universitário nos próximos meses) expressa claramente esse sentido geral de uniformização e precarização das universidades e da profissão de professor/pesquisador no mundo inteiro.

Os signatários desta carta-programa afirmam aqui o compromisso de atuar fortemente pela construção de um debate público, consistente e que vise efetividade sobre a atual situação da USP e

sobre a dinâmica de funcionamento tradicional do movimento de pós-graduação, tendo como eixo político a crítica da modernização conservadora da USP. Nesse sentido, afirmamos como pautas:

- 1) Defesa da democratização da USP: pela construção de uma campanha em prol da estatuinte democrática e soberana;
- 2) Fim de todos os processos disciplinares contra professores, estudantes e funcionários;
- 3) Fortalecimento do Fórum Aberto pela Democratização da USP;
- 4) Fortalecimento da campanha pela instalação da Comissão da Verdade da USP;
- 5) fortalecimento da Campanha pró-cotas e outras formas de ampliação do acesso;
- 6) Organização de uma ampla campanha contra a aprovação do novo regimento de pós-graduação;
- 7) Criação de um espaço aberto para a pesquisa, avaliação e intervenção na política científica à nível federal e estadual (política de incentivos, política de bolsas, direitos aos pós-graduandos, financiamento da pesquisa etc);
- 8) Criação de um espaço, com as mesmas características citadas acima, voltado para a avaliação da política educacional à nível federal e estadual (falência da política educacional de São Paulo; ProUni, Reuni, ENEM, entre outros);
- 9) Regularização da APG e fortalecimento dos fóruns estudantis;
- 10) Fortalecimento da representação discente – em todos os níveis: CCPs, Congregações e órgãos centrais - associada ao fortalecimento dos fóruns que lhe dão suporte (reuniões de alunos e assembleias), como uma forma de enfraquecer práticas personalistas e clientelistas;